



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 17 (*dezesete*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 15ª (*décima quinta*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência da Dra. Maria Elineide Silva e Souza. Presentes à Sessão os Conselheiros Leilson Oliveira Cunha, Lúcia de Fátima Dantas Muniz, Henrique José Leal Jereissati, Rafael Pereira de Souza, Filipe Pinho da Costa Leitão e Marcus Mota de Paula Cavalcante. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior e as Resoluções referentes aos seguintes processos: 1/2219/18 – Relator: Wander Araújo de Magalhães Uchôa e 1/3030/17 – Relator: José Alexandre Goiana de Andrade. Em seguida, passou à **ORDEM DIA**, anunciando os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/4667/2018 – Auto de Infração: 1/201810846. Recorrente: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO RAFAEL PEREIRA DE SOUZA. Decisão:** Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar nos seguintes termos: **1. Com relação à preliminar de nulidade arguida no Parecer da Assessoria Processual Tributária, por erro na metodologia utilizada pela fiscalização** – Foi afastada, por unanimidade de votos, sob o entendimento de que o agente do fisco utilizou metodologia válida e apresentou as provas necessárias a análise e comprovação da infração apontada na peça inicial, conforme manifestação oral do representante da PGE. **2. Na sequência**, a Sra. Presidente concedeu **vista dos autos** ao Conselheiro Henrique José Leal Jereissati, que a requereu com o intuito de refazer os cálculos de apuração do ICMS devido. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Tiago Morais Almeida Vilar. **Processo de Recurso nº 1/4666/2018 – Auto de Infração: 1/201810839. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Recorrido: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Oficial, dar-lhe provimento, para, com esteio no § 9º do art. 84 e Parágrafo Único do art. 85, ambos da Lei nº 15.614/2014, reformar a decisão declaratória de nulidade exarada em 1ª Instância e julgar **improcedente** a acusação fiscal em razão da ausência de provas, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Tiago Morais Almeida Vilar. **Processo de Recurso nº 1/4665/2018 – Auto de Infração: 1/201810825. Recorrente: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Re-**

corrido: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA. Relator: CONSELHEIRO FILIPE PINHO DA COSTA LEITÃO. Decisão: A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário e em razão de não acolher a decisão declaratória de nulidade proferida em 1ª Instância, resolve determinar o **retorno do processo à instância originária** para a realização de novo julgamento, tal como estabelece o artigo 85 da Lei nº 15.614/14, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Tiago Morais Almeida Vilar. **Processo de Recurso nº 1/868/2018 – Auto de Infração: 1/201721650. Recorrente: DANCOR S/A – INDÚSTRIA MECÂNICA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA LÚCIA DE FÁTIMA DANTAS MUNIZ. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: 1. **Quanto a preliminar de nulidade suscitada por cerceamento do direito de defesa e ao contraditório, sob a alegação de que somente teve acesso à documentação que embasou o Auto de Infração após o término da ação fiscal, sem a possibilidade de retratação da infração antes da lavratura do respectivo Auto** - Afastada, por unanimidade de votos, tendo em vista que após a emissão do Termo de Início de Fiscalização cessa a espontaneidade, conforme art. 138, Parágrafo Único, do CTN. 2. **Com relação ao pedido de perícia formulado pela parte** – Afastado, por unanimidade de votos, por ser desnecessária diante das provas constantes dos autos. 3. **No mérito**, também por unanimidade de votos, a 2ª Câmara resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 18 de setembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Maria Elineide Silva e Souza
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA